

## SEMANA 12 – ANÁLISE – REDAÇÃO ENEM NOTA MÁXIMA

ENEM 2019 – Redação nota máxima  
Isabelle Moreira - 18 anos | Guapimirim - RJ

A Constituição Federal de 1988 — norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro — garante o acesso ao lazer. No entanto, a população se mostra distante da realidade prometida pela norma constitucional, haja vista que os cinemas brasileiros recebem um público cada vez menor. Dessa forma, entende-se que a desigualdade regional, bem como a elitização do acesso ao cinema apresentam-se como entraves para a inclusão na esfera cinematográfica.

Em primeiro plano, é necessário ressaltar que o acesso ao cinema é mal distribuído no território brasileiro. A esse respeito, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, multinacionais se instalaram no Brasil, majoritariamente, nas regiões Sul e Sudeste. Desse modo, na contemporaneidade, o país expandiu sua preferência regional para a indústria cinematográfica, de modo que as regiões Norte e Nordeste ainda apresentam-se excluídas a esse acesso ao lazer, pelo fato de as empresas preferirem construir os cinemas em grandes metrópoles as quais lhes darão mais lucro. Nesse viés, enquanto parcela do país for privilegiada, o direito constitucional será uma realidade distante para parte da população.

Ademais, outro fator é responsável pela deficiência da democratização no âmbito cinematográfico: a elitização do acesso. Segundo o filósofo Pierre Lévy, toda tecnologia cria seus excluídos, de fato, a população de baixa renda é mantida excluída no que diz respeito à tecnologia do cinema, devido à segregação socioespacial. Nesse sentido, grande parcela dos cinemas se localizam em "shoppings centers", com ingressos caros que nem todos podem pagar. Desse modo, é necessário que medidas sejam tomadas para garantir o acesso a todas as classes.

Fica evidente, portanto, que nem todos têm acesso ao cinema como entretenimento. Nesse contexto, cabe ao Ministério da Cultura — órgão responsável pelo sistema cultural brasileiro — garantir à população a oportunidade de frequentar um cinema, por intermédio de políticas de descontos na compra de ingressos de acordo com a renda, a fim de incluir toda sociedade no "mundo cinematográfico". Dessa forma, os brasileiros verão o direito garantido pela Constituição como uma realidade próxima.